

CIDADE DESENVOLVIMENTO

Salvador tem nova lei do uso do solo após 32 anos

ALMIR LOPES

Louos visa gerar emprego e renda e melhorar a mobilidade urbana

Correio da Bahia
data: 09/08/2016
caderno: Mais, pg. 14

Priscila Natividade

priscila.oliveira@redebahia.com.br

O plano que orienta o crescimento de Salvador sem perder de vista a mobilidade da população e o desenvolvimento econômico da cidade foi aprovado ontem na Câmara de Vereadores. A Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos), que determina o uso do espaço público na capital, foi renovada depois de 32 anos com a aprovação do novo texto ontem pela maioria dos vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Na prática, a Louos define as questões práticas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado em junho, ao pontuar, por exemplo, um novo limite máximo de 12 andares para a altura das edificações na Orla Atlântica, o tamanho das calçadas - que passam de 3 metros para 5 metros de largura -, além de promover a Habitação de Interesse Social (HIS) e a Habitação de Mercado Popular (HMP) de forma integrada aos bairros (veja os destaques do projeto no box ao lado).

"Foi um caminho extremamente difícil. Iniciamos a discussão da Louos em agosto de 2014, metade do mandato para o qual fomos eleitos", afirmou o relator do projeto, Leo Prates (DEM).

Por volta das 18h, apesar das tentativas de obstrução pela oposição, o projeto foi aprovado por maioria. Dos 40 vereadores presentes, apenas nove foram contrários ao projeto. Um deles se absteve de votar. Na mesma sessão, a Câmara aprovou as contas do prefeito ACM Neto referentes aos exercícios financeiros de 2013 e 2014 e o projeto de lei que regulamenta a oferta dos serviços de mototaxi.

"Com este projeto (Louos), vamos facilitar o deslocamento do pedestre pela cidade. É uma Louos que devolve o espaço público para o cidadão com a integração de diversos setores econômicos e sociais", acrescentou.



Após ser aprovado pela maioria dos vereadores, projeto da Louos segue para redação final antes de ser sancionado pelo prefeito ACM Neto

É uma Louos que devolve o espaço público para o cidadão
Leo Prates

Vereador (DEM) e relator do projeto

A gente (governo) traz um novo conceito (...) que irá abrir novos postos de trabalho
Cláudio Tinoco

Vereador (DEM), que conduziu as audiências

A Louos também regulamenta o Incentivo para a aplicação dos conceitos de Facha-da Ativa, onde as edificações com área comercial no térreo e residencial nos pavimentos superiores podem estender suas atividades até o passeio, e de Fruição Pública, com áreas de convivência e de circulação na transição entre uma área pública de outra privada.

MUDANÇAS

A aprovação da Louos ocorreu depois de seis audiências públicas - 19 se somadas aos debates sobre o PDDU. O projeto tem 188 artigos e 127 páginas foi aprovado com 78 emendas - sendo 34 de autoria de vereadores e 44 apresentadas por entidades da sociedade civil organizada, durante o processo de discussão em audiências públicas.

Segundo o vereador Cláudio Tinoco (DEM), que conduziu as audiências, tanto a Louos quanto o PDDU integram juntos um plano estratégico de desenvolvimento da cidade. "As discussões foram importantes para aprovar o projeto.

A Louos que tínhamos antes de 1984, ou seja, havia 32 anos sem passar por nenhuma alteração", expôs. "Essa defasagem levou a cidade a uma ocupação desordenada por falta de atualização e planejamento. Criamos agora um instrumento de formalização".

Tinoco destacou, ainda, outro ponto da Louos, a descentralização da cidade com sustentabilidade e geração de emprego e renda. "A gente (governo) traz um novo conceito, de aproximar a atividade comercial da residência das pessoas, o que irá abrir novos postos de trabalho no local onde elas moram", garantiu.

Apesar dos argumentos de Tinoco, os opositores defenderam ontem que não houve tempo suficiente para debater o projeto. "Foi em ritmo de Olimpíada, correu muito para aprovar. Questionamos o ritmo. É uma matéria complexa e precisava de mais tempo para debater", disse o líder do grupo, Silvio Humberto (PSB). Outro questionamento foi em relação ao sombreamento das praias. Crítica rebatida pelo li-

der do governo, Joceval Rodrigues (PPS): "Em nenhum momento, a oposição conseguiu comprovar tecnicamente que vai haver sombreamento das praias. Ao contrário, a Louos amplia a possibilidade de ventilação da cidade".

O projeto aprovado pela Câmara segue agora para a fase de redação final e deve ser entregue em um prazo de 15 dias ao Executivo para ser sancionado pelo prefeito ACM Neto. Após a sanção, a prefeitura terá 120 dias para regulamentar a lei.

6
audiências públicas
foram realizadas antes da votação

44
emendas aprovadas foram sugeridas pela sociedade civil